

DIALOGANDO SOBRE DESIGUALDADES SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS.

Silvana Queiroz do Nascimento¹
Edson de Souza Lima²

RESUMO

Esse artigo tem como objetivo apresentar o percurso vivenciado no período de seis meses, com os participantes do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos em Recife, Pernambuco, no local de execução denominado unidade Náutico, sob a temática desigualdades sociais e políticas públicas dentro do contexto atual político e social. A metodologia realizada consiste em relato de experiência dos grupos de crianças, adolescentes e pessoa Idosa da unidade Náutico, ou seja, usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em Recife-Pernambuco, especificamente no espaço do Clube Náutico Capibaribe, além de revisão bibliográfica de autoras nacionais no debate da política nacional de assistência social e outras das contribuições da psicologia nesse âmbito. Dessa forma, trabalhar a temática transversal nos possibilitou conhecer, desconstruir e construir novas formas de diálogo sobre a atual conjuntura que vive o Brasil, como também proporcionar que os participantes tenham uma consciência crítica sobre a sociedade e sociabilidades em que vive. A partir dessa contextualização nos meses trabalhados, a forma metodológica foi apresentar passo a passo o caminho percorrido, as reflexões existentes e a problematização das desigualdades sociais para maior incidência e minimizar as diversas opressões e violências. Assim, enfatizamos a importância de trabalharmos numa política pública de assistência social que seja conectada em rede, destacando a realidade vivida, com respeito às suas biografias com vitórias, dificuldades, anseios, abandonos de sonhos, ressignificações e coletivas.

Palavras-chave: Desigualdades sociais, Cidadania, Democracia, participação cidadã, SCFV.

INTRODUÇÃO

De acordo com as orientações nacionais sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, a principal questão de existência desse serviço é ser complementariedade do PAIF/PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família / Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Família e Indivíduo (BRASIL, 2017). Por isso, as atividades são escolhidas e planejadas mediante a necessidade do público, do contexto social, político e cultural o qual vivenciamos.

¹ Graduada em Ciências Sociais UFPE, Integrante do Coletivo Humanista de Pernambuco, Militante e Educadora Popular da Rede de Economia Solidária em Pernambuco, Educadora Social do SCFV – Prefeitura da Cidade do Recife, ikebana12@bol.com.br;

² Graduado em Licenciatura em Pedagogia – UNICAP, Graduado em Psicologia – Estácio, Especialista em Neuropedagogia – FAFIRE, Especialista em Direitos Humanos – UFPE, Mestrado Livre em Psicanálise Clínica – Alternativa, Professor e Tutor Programa Brinqueducar (SEDUC – Recife), Chefe de Divisão SCFV – Prefeitura da Cidade do Recife, edson.lima@recife.pe.gov.br;

Além disso, é na lógica de prevenção das violações de direitos, e de atendimento ao público com direitos violados, dentro dos perfis prioritários, que o SCFV se debruça e fomenta espaços e momentos de interação, norteados por eixos de “conteúdos” sociopedagógicos, para estimular mais práticas que promovam reconstrução de suas histórias.

A temática transversal de 2019, “desigualdades sociais e políticas públicas”, fora pensada em formação de planejamento dos educadores do SCFV associada à nova conjuntura do país a fim de preparar nossos participantes em problematizar as incoerências vividas, trazer reflexões acerca de nossos direitos e criarmos estratégias após definição da nossa identidade para incidir no mundo público.

A desigualdade Social é um processo existente dentro das relações da sociedade, presentes no país e em todo o mundo. Faz parte das relações sociais, pois determina um lugar aos desiguais, marcados pela forma desfavorável análoga com o outro, seja por questões econômicas, de gênero, de cor, de crença, de círculo ou grupo social. E foi pensando nessa temática e dentro do contexto da assistência social que ela se torna pertinente para debates e diálogos.

Nesse trabalho, a vivência relatada consiste em momentos de convivências sociais dos públicos vinculados ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em Recife-Pernambuco, especificamente no espaço do Clube Náutico Capibaribe, o qual possui a Lei nº17.399/2007, que “institui o programa de parceria visando estimular a prática desportiva e a inclusão social junto às comunidades carentes, à rede pública de ensino e à política municipal de esporte e lazer” (RECIFE, 2007).

A importância do SCFV para o público atendido é ressaltar os compromissos, a informação, e, com isso, facilitar a operacionalização e organização do acompanhamento das famílias atendidas pelo serviço, além de buscar entendê-la na sua complexidade, analisando relações sociais, vínculos, questões econômicas, e, sobretudo, direitos que, muitas vezes, não são conhecidos e acessados à população mais vulnerável.

METODOLOGIA

A metodologia realizada consiste em relato de experiência dos grupos de crianças, adolescentes e pessoa Idosa da unidade Náutico, ou seja, usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em Recife-Pernambuco, especificamente no espaço do Clube Náutico Capibaribe, onde ocorrem atividades esportivas duas vezes por semana, além dos diálogos nas convivências sociais.

Todas as atividades relacionadas nesse relato consistem no eixo Convivência Social e no eixo Direito do ser, conforme as orientações nacionais do SCFV (BRASIL, 2017). O eixo tem como objetivo, estimular o convívio social e familiar, processos de sociabilidade, aos laços sociais, às relações de cidadania e para apresentar essa experiência alguns subeixos foram pensados.

As atividades desenvolvidas foram escolhidas mediante necessidade do público e do contexto social, político e cultural. Vale destacar que:

“Uma intervenção social planejada, que se materializa por meio dos grupos, com vistas a estimular e orientar os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Assim, os encontros dos grupos do SCFV visam criar situações de convivência para a realização de diálogos e fazeres que constituam alternativas para o enfrentamento de vulnerabilidades e a construção de alternativas. Nessa direção, esses encontros são um espaço para promover: 1. Processos de valorização/reconhecimento; 2. Escuta; 3. Produção coletiva; 4. Exercício de escolhas; 5. Tomada de decisão sobre a própria vida e de seu grupo; 6. Diálogo para a resolução de conflitos e divergências; 7. Reconhecimento de limites e possibilidades das situações vividas; 8. Experiências de escolha e decisão coletivas; 9. Aprendizado e ensino de forma igualitária; 10. Reconhecimento e nomeação das emoções nas situações vividas; 11. Reconhecimento e admiração da diferença.” (BRASIL, 2017, p.16)

Dessa forma, o relato de experiência corresponde ao planejamento, execução e avaliação das convivências sociais realizadas pela equipe de educadoras/es sociais do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, devidamente assessorado por técnica de referência ao SCFV e a chefia de divisão ou coordenação desse serviço.

Além disso, um estudo bibliográfico de autoras nacionais que discutem a política de assistência social, especialmente quanto a atuação da psicologia e o trabalho social com famílias, sendo centralizado em atividades com grupos e na proteção social básica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este percurso foi construído à medida que cada convivência social ia acontecendo devido às exposições e das categorias que fazem parte das estatísticas das desigualdades sociais. Sobretudo por ser uma realidade urgente e sistêmica.

A primeira Convivência Social, analisada pelo presente trabalho em 2019, foi realizada a Exposição de imagens das desigualdades sociais sobre educação, alimentação, segurança, infraestrutura condição racial, desemprego e como cada um se vê nessa perspectiva de diverso em suas convergências, o subeixo trabalhado foi “Capacidade de

Demonstrar Novas Relações Sociais” com a sociedade e trouxe a socialização de informações de como cada pessoa pode ser cidadão ativo para transformação das desigualdades existentes.

Essa fomentação se deu a partir de três perguntas orientadoras e em divisão de grupos para socialização coletiva: Vocês acham que existe Desigualdade? b) Por que a Desigualdade Acontece? c) O que podemos fazer para diminuir a Desigualdade?

Em seguida, as respostas foram surgindo para a primeira pergunta: por causa do consumo capitalista, políticos corruptos, por que o Brasil é um país de privilégios, má distribuição de renda, falta de Ética, divisão de classes, falta de base escolar, falta de Garantia de direitos e ausência de Políticas públicas.

Posteriormente, as respostas da segunda pergunta: porque temos uma política injusta, porque o poder é da minoria, porque não existe gestão comprometida com a população, porque a renda não é distribuída igualmente; porque as pessoas não conhecem seus direitos. E em seguida, as respostas da terceira pergunta: Investir na educação; diminuição dos preconceitos; gestores que pensem no interesse público e responsabilidade em geral. Após o quadro montando fechamos com a reflexão de quais mudanças podem ser nossas enquanto cidadãos, com práticas humanas de honestidades, ajuda ao próximo, respeitar as diferenças estimulando que a responsabilidade de uma sociedade melhor, é aquela que também depende de nós e do governo.

Diante disso, a inserção no SCFV, como direito na política de assistência social pode promover reflexões do seu lugar e o acesso aos espaços públicos, apesar das desigualdades, sobretudo na questão de que “a possibilidade de se agregar em torno de direitos aparece como uma alternativa para os sujeitos submetidos à manipulação ditada pelos interesses da produção” (GONÇALVES, 2010 , p.68). As famílias, os profissionais e o sistema de construção desse serviço no território permeiam-se pelos interesses de produção, contudo a prática de reflexão e educação social pode fazer entender seu lugar de direito e não qualquer outra questão.

A segunda Convivência Social tem o objetivo de proporcionar uma reflexão sobre nosso lugar de opressão e nosso lugar de privilégio. Nesse processo, foi trabalhada a dinâmica de Privilégios com perguntas sobre família, educação, moradia, diversidade sexual, raça, religião, violência doméstica, situação econômica, ser idoso, ser adolescente, mercado de trabalho e transporte público. O subeixo trabalhado foi à capacidade de Comunicar-se.

Em seguida, foi à socialização dos escritos sobre as opressões já vividas e onde cada pessoa também se via privilegiada, ou seja, qual o meu lugar de opressão e o meu lugar de privilégio? Assim, proporcionou olhares, reflexões e resistências de ver as desigualdades entre

as/os participantes em cada passo dado na dinâmica. Percebe-se que, às vezes oprimimos, sofremos opressões e estamos no campo do privilégio. Após esse momento foi se edificando o quanto a sociedade, enquanto instituição, subestima o papel do cidadão para um novo protagonismo.

A convivência permitiu perceber os lugares que os participantes estão inseridos na sociedade e que existe essa “flexibilidade” porque a temática estruturante do patriarcado, da heteronormatividade, sexistas acerca de sua história, define lugares de superioridade e inferioridade sobre a questão racial, classe, gênero e idade. Apesar da provocação e sentimentalidades surgidas, todos fecharam a convivência acreditando que uma das diversas estratégias de minimizar a desigualdade social, é enfrentando o preconceito.

Nesse sentido, a área da assistência social produziu um documento sobre o “SUAS sem racismo”, produzido pelo Ministério do Desenvolvimento Social, e a equipe do SCFV se organizou pela concepção de saída da meritocracia e empenha-se pela perspectiva de “acredita-se que a atuação no campo das políticas sociais deve estar comprometida com a transformação social, buscando causar fissuras nos determinantes que geram a pobreza” (OLIVEIRA; PAIVA, 2016, p.153).

A Terceira Convivência Social teve como objetivo, promover um debate sobre uma sociedade responsável e trabalhar o conceito do que é cidadania e democracia, em forma de roda de diálogo, utilizando tarjetas que norteavam os caminhos: O que é cidadania, fale um pouco? De que forma pode ser exercida a cidadania, fale sobre isso? O que é participação? Como exercer nossa cidadania de forma individual? Como exercer nossa cidadania de forma coletiva? É necessário políticas públicas? Comente sobre isso.

O subeixo trabalhado foi “Capacidade de promover e participar da convivência social em família, grupos e território”. Após as perguntas serem expostas, foi dividido em grupos e em seguida as respostas culminavam na confecção de um mural. Crianças com suas respostas: vivendo em harmonia, respeitando as leis, e participando das eleições. Adolescentes: a cidadania é boa quando exercida para o bem comum, participar dos espaços e poder fazer escolhas. A cidadania não é algo distante de nós é, por exemplo, usar a coleta de lixo, é utilizar água de forma consciente, é respeitar o outro e suas diferenças. Para a Pessoa Idosa, a cidadania é respeitar as diferenças e conviver bem. Quanto à participação na sociedade também cabe fazer denúncia por falar de saúde pública com qualidade e segurança pública.

Em seguida, a dinâmica proposta é a do “Cego e guia” e tem por objetivo, não só estabelecer uma confiança entre os familiares, mas também de trabalho em equipe, resiliência, empatia e tantos outros adjetivos que fortalecem as relações entre pessoas para encarar as

diversidades da nossa sociedade, que traz grandes desafios na quebra de nossos direitos e liberdades de expressão.

Por conta disso, a estruturação de grupos na política de assistência social apresenta-se como potencialmente modificador das realidades e entendimentos das desigualdades sociais, pois “os procedimentos grupais são considerados mais eficazes e capazes de realizar mudanças significativas no alcance de comportamentos mais reflexivos, em especial quando implementados de forma horizontal e com críticas e problematizações da realidade vivida” (CARVALHO, p.184, 2018)

A Quarta Convivência Social teve como objetivo dialogar sobre Referências que promoveram a não violência como estratégia para a verdadeira cidadania democrática. O momento foi trabalhado baseado no subeixo capacidades Demonstrar Emoção e ter controle. A metodologia se deu fazendo uma retrospectiva sobre os meses anteriores pontuando os problemas da sociedade e as emoções sentidas. Os participantes apontam os entraves que promovem desigualdades e violências como trabalho infantil, morte da população negra, bullying, a fome, desemprego, morte da população LGBT, violência contra a mulher entre outros. Em seguida, as emoções que vão surgindo quando se percebem que todos esses problemas existem: tristeza, revolta, ansiedade, depressão, vergonha, impunidade, indignação, falta de consciência, raiva, incapacidade. Impotência, dor, sentimento de insegurança, medo, angústia, nojo, desgosto e tantas outras.

Na etapa de divisão de quatro grupos, cada um pode tratar de um problema social e encenar para o grande grupo a realidade, buscando soluções sem violência no fechamento da apresentação com o objetivo de mudarmos nossas próprias ações para o mundo. No momento da exposição algumas soluções estratégicas foram abordadas como: a solidariedade, empatia, resiliência e compaixão para inspirar e combater situação de violências. Como podemos ser guia ou um ser humano de influência e com bons atos diante de tanta violência? Por que nos deixamos influenciar, mesmo sabendo que não será prazerosa nossa atuação e fará alguém perder algo?

Depois de muito pensar e expor situações cotidianas que, no momento da euforia, não nos faz pensar decidimos apresentar referências que promoveram soluções pacíficas da Não Violência como Gandhi, Nelson Mandela, Frida, Paulo Freire, Marielle Franco, Luther King cada um em sua atuação. (educação, racismo, Independência, feminismo, LGBT...) E fechamos a convivência social com a motivação de que é possíveis mudanças de práticas e que pode iniciar por cada um.

A quinta convivência Social, entramos no Eixo Direito de Ser, que estimula o exercício da infância, da adolescência e da pessoa Idosa. Assim, as atividades do SCFV perpassam por promover experiências que potencializem a vivência dos seus ciclos e toda a sua pluralidade. O subeixo trabalhado foi Direito de Ter Direito e Deveres com o objetivo de animar a construção das identidades dos grupos nas convivências sociais para inserção, pois quando sua identidade é fortalecida sua autonomia é exercida.

O público de crianças no mês dedicado à luta contra o trabalho infantil, instituído pela Organização Internacional do Trabalho (OIT/ONU), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) da Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Política Sobre Drogas e Direitos Humanos (SDSJPDDH) promoveu atividades nos dias 26 e 27 de junho. Em dois clubes da cidade, o grupo Tapete Voador, une-se à Campanha da PCR: “Trabalho Infantil não é Brincadeira” para fazer apresentações com o tema “É bom ser criança”. Com músicas e narrativas que tratam do trabalho infantil e a importância da criança assumir seu lugar no universo lúdico, o grupo também apresentou a história “Deu Saci no São João”

O público de Pessoa Idosa teve sua participação na conferência da Pessoa Idosa, um espaço de participação popular que visa garantir e permitir a fiscalização e construção de políticas públicas e garantia de direitos para este público. A importância de participar desse processo de construção de políticas públicas foi bastante relevante, pois puderam opinar e contribuir responsabilizando-se e negociando para melhoria de sua categoria.

De acordo com Prado e outros autores (2014), o rearranjo dos princípios de hierarquização social ocorre nas relações políticas nessa modernidade, marcada no espaço-tempo, mas sobretudo fundamentada nos processos ideológicos e conceituais, o que permite refletir sobre a participação da pessoa idosa em espaços como o SCFV e nas conferências para exercer a amplitude da cidadania e contribuição nas relações de construção e avaliação da política pública.

A sexta convivência Social, entramos no subeixo direito de ser protagonista trazendo como objetivo aprender a fazer escolhas responsáveis para si e para a sociedade, estimulando a reflexão acerca da autonomia e protagonismo individual e coletivo. A experiência se deu por meio de uma metodologia que utiliza uma analogia entre a planta e o sonho, e o protagonismo e a cidadania no mundo com as seguintes perguntas orientadoras: O que acontece quando plantamos uma semente? Mas é em qualquer terra? O que acontece quando plantamos numa terra fértil, por exemplo? E se for um sonho? Qual seria o seu sonho? (Rodada de sonhos para si e para o mundo)

Em seguida, a confecção da garrafa pet como seu próprio desenvolvimento de criatividade, escolhas de cores e detalhes, como se fosse a sua vida. No momento seguinte, a apresentação e socialização das garrafas com terra, vasos e mudas. Como vocês cuidarão dessa plantinha ou desse sonho? Verbos como regar, cuidar, alimentar, proteger “assim como a vida” foram sendo colocados pelos participantes.

A avaliação das atividades aconteceu de maneira sistematizada com o objetivo de registrar e apreciar os resultados obtidos em relação às metas socioeducativas estabelecidas previamente na participação. Levando em conta que, o ser profissional da educação estimula e promover momentos que provoquem a emancipação das pessoas, sabendo que o objetivo daquela é ajudar a tornar as pessoas mais livres, menos dependentes do poder econômico, político e social.

O método da avaliação participativa, onde os sujeitos colocaram suas impressões sobre os trabalhos propostos e desenvolvidos na perspectiva de aferir se as estratégias atenderam as expectativas dos usuários e se esses processos trouxeram ganhos efetivos para eles do ponto de vista sociopedagógico. Segundo Freire (2000, p.79), existe frequentemente a “negação do direito de ‘ser mais’ inscrito na natureza dos seres humanos”, por isso subscreve-se a avaliação participativa para positivar todos os públicos nessa experiência apresentada.

Diante desse processo formativo, construído em percursos e que traga um repertório de inquietações para todos e todas saírem do seu lugar de cidadão para cidadão ativo proporcionando uma transformação social em cada ser. E quando saem de cada convivência mais leve se comprometendo as mudanças no cuidar da construção do pessoal e público. Também, da construção de um protagonista da sua vida e no mundo.

De acordo com tantas práticas exitosas expostas ao longo desses momentos, é que devemos (re) pensar estratégias para e com a população em parcerias, na contribuição de sua capacidade e atuação na sociedade. Enfatizando a grande importância respeitar o outro, suas escolhas, percebendo como solução trabalhar a conscientização e o respeito. A reflexão é sempre para que possam se colocar no lugar do outro evitando qualquer tipo de violência ou desequilíbrio, evitando assim sentimentos ruins e acreditando que é possível outras relações.

Por fim, é necessário pontuar que essas práticas profissionais incluem a família e não foca em membros específicos, o que diverge do entendimento de Carvalho(2018) quanto ao serviço de convivência e fortalecimento de vínculos ser “desfamiliarizante, porque oferecem apoio às famílias na proteção de seus membros. Com ações educativas, lúdicas e socializadoras, ocupam o tempo livre desses membros, tornando-se ações preventivas” (idem, p.185), então sair desse âmbito de atendimento específico de membros da família é um

desafio posto, em diversas circunstâncias da realidade social e ainda no entendimento de fortalecimento de vínculos familiares, o que se constitui como objetivo desse serviço, porém, em Recife, é relatado nesse artigo divergências daquela perspectiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, a relação entre a Educação, os Direitos Humanos e a Assistência Social, fortalece o SCFV para que na construção das atividades sejam embasadas nas políticas e formação e propicie o conhecimento atualizado das temáticas relevantes aos participantes. Compreendemos que o percurso torna as experiências significativas e o trabalho nas atividades no SCFV norteia a construção de atividades focadas nos sujeitos e na perspectiva do fortalecimento de vínculos sociais e familiares.

Salientando que, as atividades as quais foram desenvolvidas e apresentadas nesse artigo, passaram por uma rigorosa seleção, mediante necessidade do público, do contexto social, político e cultural. Foi trabalhado e relacionado às temáticas que abordassem o reconhecimento enquanto público de uma sociedade seu caminhar sem violências de direitos, sendo protagonistas da sua história desde momento de reflexão das diversidades que existe até sua percepção de cidadão.

Apesar de diversos avanços na metodologia participativa e cidadã no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, algumas dificuldades perpassam os entendimentos e inserção do público prioritário, em nível nacional, além da melhoria no fortalecimento de um financiamento público irredutível ao longo dos anos, pois ainda hoje ameaças nos repasses dos recursos financeiros pode paralisar ou priorizar outros serviços na política de assistência social. Esse debate implica na qualificação orçamentária e financeira da política de assistência social como fundamental quanto outras políticas, educação e saúde, por exemplo, inclusive com a marcação na constituição federal de um artigo com a alíquota associada com o produto interno bruto, PIB, ou outra forma de garantir o não retrocesso no financiamento da política nacional de assistência social.

Assim, enfatizamos a importância de trabalharmos numa política pública de assistência social que seja conectada em rede, destacando a realidade vivida, com respeito às suas biografias com vitórias, dificuldades, anseios, abandonos de sonhos, ressignificações e coletivas. Essa finalidade pode subsidiar outros saberes e fazeres na gestão pública para desenvolver com mais qualidade o SCFV e garantir espaços de diálogos, construções e resistências.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Perguntas Frequentes Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Brasília, DF, 2017.

CARVALHO, Poliana de Oliveira. Trabalho com famílias na assistência social: possibilidades e limites do trabalho socioeducativo com grupos. In: TEIXEIRA, S.M. (Org.) **Trabalho com família no âmbito das políticas públicas**. Campinas: Papel Social, 2018, p.171-192.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.

GONÇALVES, Maria da Graça M. **Psicologia, subjetividade e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2010.

LIMA, E.S. **Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos em recife e direitos humanos: experimentando novas construções sociais**. Anais do 2ºCONIDIH. Campina Grande: Editora Realize, 2017.

OLIVEIRA, Isabel Fernandes de; PAIVA, Ilana Lemos de. Atuação do psicólogo no campo das políticas sociais: mudanças e permanências. In: HUR, D.U.; LACERDA JÚNIOR, F. (Orgs.) **Psicologia, políticas e movimentos sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016, p. 142-156.

PRADO, M.A.M; TORRES, M.A.; MACHADO, F.V.; COSTA, F.A. A construção de silenciamentos: reflexões sobre a vez e a voz de minorias sociais na sociedade contemporânea. In: MAYORGA, C.; RASERA, E.F.; PEREIRA, M.S. (Orgs.) **Psicologia Social: sobre desigualdades e enfrentamentos**. Curitiba: Juruá, 2014.

RECIFE. Lei nº17.399, de 28 de dezembro de 2007. **Institui o programa de parceira visando estimular a prática desportiva e a inclusão social junto às comunidades carentes, à rede pública municipal de ensino e à política municipal de esporte e lazer**. Diário Oficial do município do Recife. Recife, 28 dez. 2007. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pe/r/recife/lei-ordinaria/2007/1739/17399/lei-ordinaria-n-17399-2007-institui-o-programa-de-parceira-visando-estimular-a-pratica-desportiva-e-a-inclusao-socialjunto-as-comunidades-carentes-a-rede-publica-municipal-de-ensino-e-a-politica-municipal-de-esporte-e-lazer> Acesso em 10 out. 2017.